

ZEUS ELÉTRICA

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA DAIANE COIMBRA FERREIRA,
PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE CATUJI-MG.**

ROGERIO ANTUNES SILVA LTDA, nome fantasia Zeus Elétrica, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.571.480/0001-50, estabelecida na rua Santa Terezinha, nº 25, sala 01, bairro Todos os Santos, Montes Claros/MG, CEP: 39.400-116, endereço eletrônico zeusiluminacao@gmail.com, neste ato representada pelo seu sócio administrador, Rogério Antunes Silva, vem, respeitosamente, diante da presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993 c/c art. 24 do Decreto Federal nº 10.024/19 e subitem 5.1. e seguintes do Edital do Processo Licitatório nº 033/2021, Pregão Presencial nº 013/2021, interpor a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

em razão de exigências que somadas resultam num ilegal e involuntário direcionamento do certame, o qual reduzirá amplamente a competitividade, sacrificando os princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública, que ora passa a aduzir os fundamentos.

I – DA TEMPESTIVIDADE

A licitação em epígrafe tem sua sessão pública de abertura dos envelopes agendada para o dia **18 de maio de 2021, às 08:00 horas (Horário de Brasília)**.

O edital de licitação estabelece no subitem 5.1. que o prazo para a interposição de impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão Pública.

Assim, **a presente Impugnação, apresentada dentro do prazo limite de 02 (dois) dias úteis antecedentes a abertura da sessão pública deve ser considerada plenamente tempestiva.**

ZEUS ELÉTRICA

II - DAS RAZÕES FÁTICAS

Foi publicado o Edital do Processo Licitatório nº 033/2021, Pregão Presencial nº 013/2021, tipo Menor Preço Global, no site do Município de Catuji - MG, momento em que a empresa, ora Impugnante, obteve o Edital e passou a analisar todas as suas condições.

Ocorre que após as verificações, a empresa detectou graves vícios no referido edital, os quais põem em risco a sua participação no certame, tanto quanto de quaisquer outros prováveis interessados.

Diante dos fatos, deve ser analisada a respectiva impugnação ao Edital publicado pela Administração Pública Municipal, conforme será demonstrado adiante.

III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

a) O tipo de licitação "por menor preço global" restringe indevidamente o caráter competitivo do certame.

O preâmbulo do Edital estabelece que o critério de escolha da melhor proposta se dará através do MENOR PREÇO GLOBAL, ou seja, melhor preço para execução da totalidade dos serviços, vejamos:

PREÂMBULO

O Município de Catuji - MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Catuji - MG, na Praça Getúlio Vargas, nº 21, Centro, inscrito no CNPJ sob o Nº: 26.218.636/0001-06 por intermédio do Pregoeiro nomeado pelo Decreto nº 010/2021, de 01 de janeiro de 2021, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial - Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos das Leis Federais Nº 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Federal Nº 8.538/2015, Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, Decreto Municipal Nº 479/2007 (que regulamenta a modalidade pregão), Decreto Municipal 336/2015 (regulamenta o SRP) para o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA, MELHORIA E MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTA EDITAL, certame que se regerá pelas disposições legais aplicáveis e condições fixadas no presente instrumento convocatório.

ZEUS ELÉTRICA

O tipo de licitação “por preço global” restringe indevidamente o caráter competitivo do certame, contrariando o princípio constitucional da ampla competitividade nas licitações, previsto no art. 37, XXI, da CR/88:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Em consonância com a norma constitucional, a Lei Federal nº 8.666/93 estabelece que o procedimento licitatório visa sempre à seleção da proposta mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública, assegurando igualdade de competição a todos os interessados, na forma estabelecida no art. 3º do referido diploma legal, *in verbis*:

Art. 3º **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

ZEUS ELÉTRICA

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos estabelece que o objeto da licitação deve ser parcelado no maior número de parcelas técnica e economicamente possíveis, visando uma maior competitividade e, assim, vantajosidade de contratação para a Administração.

Deste modo, o art. 23, §1º, da Lei 8.666/93, assim dispõe:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Note que no presente certame o Município licitante busca a contratação de empresa para a execução de serviços totalmente distintos, à saber, serviço de iluminação pública urbana e rural, serviço de iluminação pública ornamental em praças e jardins, serviço de iluminação de campo e quadra de futebol e serviço de iluminação de Natal, razão pela qual, notadamente, o fracionamento desta licitação em 4 (quatro) certames distintos se mostra tecnicamente e economicamente viável.

Não obstante, persistindo a licitação de todos os serviços em um único processo licitatório, o ideal, de acordo com o disposto no art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/93, seria a opção pelo tipo “menor preço unitário”, realizando-se a cotação por itens, o que significaria redução dos requisitos de habilitação, garantindo o acesso de mais empresas ao certame, ocasionando maior competitividade e redução dos preços.

O entendimento pela obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global nos editais cujo objeto seja divisível é unânime nos Tribunais

ZEUS ELÉTRICA

pátrios, tratando – se, inclusive, de matéria já Sumulada pelo Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, vejamos:

SÚMULA Nº 247 do TCU:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

SÚMULA Nº 114 do TCEMG:

É obrigatória a realização de licitação por itens ou por lotes, com exigências de habilitação proporcionais à dimensão de cada parcela, quando o objeto da contratação for divisível e a medida propiciar melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampla participação de licitantes, sem perda da economia de escala, adotando-se, em cada certame, a modalidade licitatória compatível com o valor global das contratações.

Esse é também o entendimento da doutrina, nesse sentido, Marçal Justen Filho discorre:

“O art. 23, § 1º, impõe o fracionamento como obrigatório. A regra retrata a vontade legislativa de ampliar a competitividade e o universo de possíveis interessados. O fracionamento conduz à licitação e contratação de objetos de menor dimensão quantitativa, qualitativa e econômica. Isso aumenta o número de pessoas em condições de disputar a contratação, inclusive pela redução dos requisitos de habilitação (que serão proporcionados à dimensão dos lotes). Trata-se não apenas de realizar o princípio da isonomia, mas da própria eficiência. A competição produz redução de preços e supõe que a Administração desembolsará menos, em montantes globais, através da realização de uma multiplicidade de contratos de valor inferior do que pela pactuação de contratação única.” (Filho, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 12ª ed. São Paulo: Dialética, 2008, pág. 259)

A mitigação do caráter competitivo do presente processo licitatório, caso persista a licitação nos moldes ora impugnados, torna-se

ZEUS ELÉTRICA

ainda mais evidente quando analisados os requisitos de aferição da qualificação técnica dos licitantes, pois o Município determinou como obrigatória a comprovação pelos licitantes, independentemente do lote que pretendam concorrer, a execução dos serviços de iluminação de campo de futebol e serviços de iluminação de natal, ou seja, as exigências pertinentes a qualificação técnico-profissional não correspondem aos serviços que serão executados.

b) Do atestado de capacidade técnica.

A qualificação técnica da licitante é aferida através da comprovação da capacidade técnico-operacional e capacidade técnico-profissional, tratando-se a primeira da comprovação de características da empresa e a segunda da comprovação de qualidades das pessoas físicas ligadas a empresa. Neste sentido a capacidade técnico-operacional refere-se a pessoa jurídica e a capacidade técnico-profissional refere-se a pessoa física.

O Município requer no subitem 7.2.4.3. atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, a fim de comprovar capacidade técnico-profissional das pessoas físicas ligadas a empresa.

7.2.4.3 Para capacitação técnico-profissional, atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedida(s) pela entidade profissional competente, que comprove(m) a execução pelo Responsável Técnico indicado para o serviço, de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto licitado, devendo constar, no mínimo, a execução dos serviços de iluminação de campo de futebol, itens 3.1, 3.2, 3.7 e 3.8 do termo de referência, e serviços de iluminação de natal, itens 4.1, 4.2 e 4.3 do termo de referência, permitindo o somatório de certidões, devendo constar da certidão ou ser informado pelo licitante o endereço do contratante e do local de execução dos serviços, de forma a permitir possível diligência;

A exigência contido no subitem 7.2.4.3. do instrumento convocatório se mostra excessiva por exigir experiência anterior na **INTEGRALIDADE** do objeto licitado e não apenas ao(s) item(s) de maior relevância do objeto.

É importante observar que a função do atestado é comprovar que o licitante detém capacidade técnica de realizar o objeto do procedimento

ZEUS ELÉTRICA

licitatório, devendo ser definida as parcelas de maior relevância, desde que estas estejam dentro de limites da razoabilidade.

A redação do art. 30, § 1º, I da Lei Federal nº 8.666/1993 afirma que a capacidade técnico-profissional será comprovada através de atestado de responsabilidade técnica, emitido em nome de profissional vinculado a empresa licitante, comprovando a execução de obra ou serviço de características **semelhantes a licitada**.

Art. 30. **A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:**

(...)

I - **capacitação técnico-profissional:** comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, **detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes**, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

Já o § 2º do mesmo Diploma Legal prevê que “as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.”

Observa-se que não foram estabelecidas no Edital em análise, as parcelas de maior relevância e valor significativo, mas sim foram exigidas comprovações de execução de serviços exatamente idênticos ao objeto da licitação.

Sobre o tema, observa-se o ensinamento do Professor Marçal Justen Filho:

“No entanto, qualquer exigência no tocante à experiência anterior, especialmente quando envolver quantitativos mínimos ou restrições similares, dependerá da determinação prévia e explícita por parte da Administração das parcelas de maior relevância e valor significativo. Assim, está determinado no § 2.º do art. 30.

ZEUS ELÉTRICA

Tal determinação destina-se a assegurar o vínculo de pertinência entre a exigência de experiência e o objeto licitado. A essência da questão reside em que a comprovação de experiência anterior como requisito de habilitação não se justifica por si só. Trata-se de condicionamento de natureza instrumental, destinado a restringir a participação no certame aos sujeitos que detenham condições de executar o objeto licitado. Assim, a comprovação da experiência anterior fundamenta a presunção de que o sujeito dispõe de conhecimento e habilidade técnico-empresariais para executar satisfatoriamente a futura contratação.

Ora, essa concepção apenas pode ser aplicada se a experiência anterior exigida do sujeito envolve os aspectos problemáticos, diferenciados, complexos de que se revista o objeto licitado.

Isso produz duas ordens de efeito distintos.

*Em primeiro lugar, **não há cabimento em impor a exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação.** Parece evidente que o sujeito que executou obra ou serviço idêntico preenche os requisitos para disputar o certame e deve ser habilitado. **Mas também se deve reconhecer que a idoneidade para executar o objeto licitado pode se evidenciar por meio da execução de obras e serviços similares, ainda que não idênticos. Em outras palavras, a Administração não pode exigir que o sujeito comprove experiência anterior na execução de um objeto exatamente idêntico àquele licitado – a não ser que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto.*** (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, 12.^a ed., São Paulo: Dialética, 2008, p. 416)

Tal entendimento já foi Sumulado pelo Tribunal de Contas da

União:

SÚMULA Nº 263 do TCU:

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais também já decidiu sobre o tema:

DENÚNCIA. REFERENDO. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS. COMPRA DE TÊNIS ESCOLARES QUE IRÃO COMPOR OS UNIFORMES DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. VÍCIO NO ATO CONVOCATÓRIO DO PROCESSO LICITATÓRIO. **EXIGÊNCIA DE ATESTADOS QUE CONTENHAM CAPACIDADE ESPECÍFICA, CARACTERÍSTICAS E QUANTITATIVOS IDÊNTICOS AO OBJETO LICITADO.** AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA. LIMITAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DO CERTAME. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS DO PERICULUM IN MORA E DO FUMUS BONI IURIS. SUSPENSÃO LIMINAR DO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA.1. A licitação tem por finalidade garantir que a Administração Pública possa selecionar a proposta mais vantajosa em conformidade com os princípios básicos da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da supremacia do interesse público, da finalidade, da motivação, da razoabilidade e da proporcionalidade.2. Os princípios da legalidade e da isonomia, insculpidos no inciso XXI do art. 37 da Constituição da República e no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, constituem alicerces do procedimento licitatório, haja vista que este tem por escopo não só possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa, como também resguardar a igualdade de direitos a todos os interessados em contratar com a Administração Pública.3. **A Administração não pode limitar a participação no certame, sob a exigência de aptidão de desempenho, com quantitativos idênticos ao do objeto licitado, uma vez que, segundo a Lei n. 8.666/93, as exigências contidas nos atestados de capacidade técnica devem se restringir às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.** 4. A capacidade técnico-operacional, encontra previsão legal na primeira parte do inciso II do art. 30 da Lei de Licitações. Assim, o edital pode prever a necessidade de apresentação de atestados para a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento, conforme dispõe a citada norma. 5. Constitui irregularidade a exigência, em edital de procedimento licitatório, de comprovação de capacidade técnico-operacional em percentual mínimo superior a 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas deverão estar tecnicamente explicitadas no processo administrativo anterior ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; inciso I do § 1º do art. 3º e inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93. (TCU - Acórdão n. 3104/2013, Processo

n. 024.968/2013-7, Relator Min. Valmir Campelo, julgado em 20/11/2013). [DENÚNCIA n. 1024670. Rel. CONS. GILBERTO DINIZ. Sessão do dia 27/11/2017. Disponibilizada no DOC do dia 06/12/2017.]

Assim, a exigência da comprovação INTEGRAL do objeto do certame é excessiva, não guardando proporção ao objeto a ser executado, frustrando o caráter competitivo do certame, vez que esta comprovação deve ser feita de forma a guardar a semelhança com os serviços de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado.

c) Da exigência de Engenheiro Agrônomo.

O Município exige de maneira equivocada, data máxima vênia, a declaração por parte da empresa licitante de disponibilidade de 1 (um) engenheiro agrônomo, **bem como Certidão de Acervo Técnico (CAT) de que este tenha executado serviços de iluminação de campo de futebol e serviços de iluminação de natal**, vejamos:

7.2.4.4 Declaração de disponibilidade de pessoal técnico especializado para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo do Anexo XII, devendo fazer parte da equipe:

a) 1 (um) engenheiro elétrico e 1 (um) engenheiro agrônomo, registrado na entidade profissional competente, detentor da Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) apresentada para habilitação, que participará dos serviços e responderá como responsável técnico;

b) 1 (um) engenheiro elétrico e 1 (um) engenheiro agrônomo, registrado na entidade profissional competente, com experiência profissional comprovada em supervisão de serviços de natureza compatível com o objeto licitado, devendo realizar, quando necessário, visita(s) no Município de CATUJI, se inteirando das condições de execução do serviço e promovendo as alterações necessárias;

Conforme exposto no item anterior, a comprovação da capacidade técnica da empresa licitante deve se limitar ao item(s) de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, não sendo admitido ao Município exigir da empresa licitante comprovação de capacidade técnica de serviços secundários.

Vejamos o objeto do presente Edital:

ZEUS ELÉTRICA

II - DO OBJETO

2.1 É objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA, MELHORIA E MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Note que a presente licitação busca a contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, assim, cabe ao licitante comprovar a qualificação técnica para executar SERVIÇOS NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Conforme Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, em se tratando de serviços relativos à iluminação pública, o profissional habilitado para tanto será o da especialidade Engenharia Elétrica.

Neste sentido, vale menção àquilo que determina a Resolução CONFEA nº 218/73:

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTECNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.

Neste mesmos sentido, a Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento emitido pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia que certifica o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional da área.

Note que conforme Resolução do CONFEA nº 218/73, apenas os profissionais de Engenharia Elétrica podem realizar serviços de iluminação pública, assim, a emissão de CAT em nome de Engenheiro Agrônomo, atestando que tenha executado serviços de iluminação, vai de encontro a própria Resolução.

ZEUS ELÉTRICA

Pelo exposto, é flagrante a ilegalidade da exigência de Certidão de Acervo Técnico – CAT atestando a execução de serviços de iluminação pública em nome de engenheiro agrônomo, pois esse não detém competência para execução de tais serviços.

Mesmo que o Município entenda que o CAT a ser emitido em nome do Engenheiro Agrônomo deva conter os serviços de poda e/ou supressão de árvores, e não serviços de iluminação, tal exigência é ilegal, vez que tais serviços não foram especificados como de maior relevância no instrumento convocatório.

Antes de exigir os atestados de capacidade técnica, é dever do Município Licitante informar os itens de maior relevância para execução da obra ou serviço, obrigação esta que foi flagrantemente descumprida pelo Município.

Mais ainda que o Município tivesse elencado como item de maior relevância os serviços de poda e/ou supressão de árvores, tal fato ensejaria Impugnação ao presente Edital, pois basta uma análise do Termo de Referência para comprovar que os serviços de poda e/ou supressão de árvores não possuem nenhuma relevância técnica e valor significativo para o serviço.

Por todo exposto, seja pela **a)** impossibilidade de Engenheiro Agrônomo executar serviços de iluminação pública; **b)** imprevisibilidade no Edital de serviços correspondentes a agronomia como sendo de maior relevância; ou **c)** os serviços de poda e/ou supressão de árvores não possuem relevância quanto ao objeto licitado, deve ser retirado do Edital a exigência de engenheiro agrônomo no quadro permanente da empresa licitante.

d) Da exigência de atestado de destinação na fase de habilitação.

O subitem 7.2.4.4. letra “c” do Edital estabelece que a empresa licitante deve apresentar durante a fase de habilitação atestado que comprove o descarte ecologicamente correto das lâmpadas, vejamos:

C) A licitante deverá comprovar através de atestado, que atende os requisitos da Lei Federal nº 7.404/2010, que estabeleceu para as normas de execução da política de resíduos sólidos, através de instituição credenciada pelo MMA Ministério de Meio Ambiente; seja aderente ao programa federal de logística reversa, no que tange ao descarte ecologicamente correto, sem depender do poder público, referente a destinação de lâmpadas de vapor de sódio, Vapor de mercúrio e mista.

Como informado anteriormente, não há que se falar em atestado a ser apresentado pela empresa licitante que não faça referência aos itens pré-determinados como sendo de maior relevância.

Assim, como o descarte das lâmpadas não foi elencado como sendo de maior relevância no edital, impossível a exigência de tais atestados.

Noutro giro, cabe a Administração a exigência do sobredito documento como condição de contratação, pois, nesse caso, permite-se a participação de empresas que ainda não obtiveram o documento, mas que poderão consegui-lo antes da celebração do contrato. Tal medida amplia o número de interessados e aumenta a competitividade, possibilitando que o Poder Público consiga melhores preços.

A exigência da apresentação de declaração referente a destinação dos resíduos na fase de habilitação fere o princípio da competitividade na licitação pública, vez que trata-se de documentação que além de gerar ônus ao licitante, não faz parte do rol taxativo dos documentos elencados no art. 30 da Lei de Licitações.

e) Exclusividade para ME e EPP.

O subitem 3.4.9 e seguintes do Edital estabelece que o certame é **preferencial** para ME e EPP, vejamos:

ZEUS ELÉTRICA

3.4.9 - ESTA LICITAÇÃO É PREFERENCIAL ÀS MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE CONFORME DISPÕE NO ART. 48 DA LEI 123/06.

3.4.9.1 A participação nesta licitação nos itens cujo valor total seja inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais) é preferencial às Microempresas ME, Empresas de Pequeno Porte EPP ou equiparadas do ramo pertinente ao objeto licitado, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/06.

CNPJ: 26.218.636/0001-06
Praça Getúlio Vargas, nº 21 - Catuji/ MG - CEP: 39.816-000
(33) 3532-9322
gabineto@catuji.mg.gov.br
www.catuji.mg.gov.br



3.4.9.2 Na classificação para disputa global, havendo constatação da existência de no mínimo 3(três) Microempresas ME, Empresas de Pequeno Porte EPP ou equiparadas do ramo pertinente ao objeto licitado, sendo estas empresas competitivas, o pregoeiro aplicará os benefícios da LC 123/06 desclassificando as empresas de grande porte no item da disputa, assim sucessivamente.

3.4.9.3 Os itens serão de ampla concorrência quando não existirem no mínimo 3(três) Microempresas ME, Empresas de Pequeno Porte EPP ou equiparadas, competitivas, localizadas local ou regionalmente.

O art. 48, inc. I da Lei Complementar nº 123/06 estabelece que a administração pública **deve** realizar processo licitatório **exclusivo** para ME, EPP e MEI nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), *in verbis*:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - **deverá** realizar processo licitatório **destinado exclusivamente** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Observa-se que o texto normativo é expresso em determinar a **exclusividade** da participação de ME e EPP nos itens de contratação com valor igual ou inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), assim, não há de se falar em **preferência** para a participação destas no presente processo licitatório.

ZEUS ELÉTRICA

O art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 estabelece que a verificação quanto à existência de potenciais fornecedores sob a condição de ME e de EPP deve ocorrer no momento do planejamento da licitação, e não durante a sessão pública.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais já se manifestou sobre o tema, vejamos:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. VALOR CONSIDERADO POR ITENS DE CONTRATAÇÃO, SEPARADAMENTE. **PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NÃO QUALIFICADAS COMO MICRO OU PEQUENA EMPRESA EM LICITAÇÃO EXCLUSIVA DESERTA. IMPOSSIBILIDADE.** DIVERGÊNCIA EM INTERPRETAÇÃO DE LEI. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ DO DENUNCIANTE. JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. 1. A Lei Complementar nº 123/06 é expressa em determinar a exclusividade da participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação com valor igual ou inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais). 2. **Não cabe a participação de empresas não qualificadas como micro ou pequena empresa em licitação exclusivamente destinada a fornecedores com tal enquadramento, por afronta à ampla competitividade.** 3. Não há que se falar em má-fé do denunciante que fundamenta sua pretensão em interpretação de dispositivo legal amparada em artigo científico. [DENÚNCIA n. 1024477. Rel. CONS. CLÁUDIO TERRÃO. Sessão do dia 04/04/2019. Disponibilizada no DOC do dia 21/05/2019.]

Peço vênia para anexar nesta Impugnação parte do voto do Nobre Conselheiro Cláudio Terrão que afirma, inclusive, que o “*aproveitamento da licitação exclusiva para recebimento de propostas de outras empresas não qualificadas como ME ou EPP compromete irremediavelmente a ampla competitividade*”, vejamos:

Nessas situações, caso ocorra deserção de ME e EPP, o TCE-MT entende que os objetos não poderão ser destinados aos demais fornecedores presentes. O referido Tribunal assegura que o certame deserto deverá ser repetido, e somente após novo fracasso, poder-se-á disponibilizar os objetos à participação dos fornecedores em geral.

Segundo entendimento, essa prática permite a participação de maior quantidade de interessados, o que estimularia a competição e resultaria em melhores propostas em favor da Administração, em vista da ampla divulgação promovida pela republicação do Edital.

Tal entendimento é corroborado por esta Relatoria, em vista da maior amplitude de competitividade. Reconhece-se que a forma defendida pela assessoria do Consultante e pela Unidade Técnica tem como ponto positivo a celeridade da realização do certame. No entanto, na forma estabelecida pela Constituição Federal e na Lei de Licitações e Contratos, em primeiro lugar, busca-se sempre a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, porém, sem afastar os princípios da legalidade, isonomia, publicidade, moralidade e eficiência.

Dessa maneira, esta Relatoria entende que em condições normais, quando afastada necessidade de contratação em regime de urgência, no qual a Administração deverá seguir o rito previsto na Lei Federal nº 8.666/1993, é preferível que a Comissão de Licitação faça a repetição do certame de modo a ampliar a competição entre as empresas em geral, que tenham participado ou não do procedimento.³

Com efeito, embora haja ganho de celeridade e dispensa de custos com republicação, há que se reconhecer que o aproveitamento da licitação exclusiva para recebimento de propostas de outras empresas não qualificadas como ME ou EPP compromete irremediavelmente a ampla competitividade, na medida em que afasta do certame todos os potenciais interessados que deixaram de comparecer com propostas à vista da exclusividade destinada às empresas de menor porte.

Aliás, com a restrição do espectro de competidores, há também inevitável reflexo na vantajosidade da proposta, notadamente no pregão, em que há uma fase destinada aos lances, caracterizando violação do art. 3º, *caput* e § 1º, I, da Lei nº 8.666/93.

Nesse contexto, alinho-me ao posicionamento expressado pela Unidade Técnica, no sentido da irregularidade da previsão do preâmbulo e do item 3.1 do edital Processo Licitatório nº 088/2017 – Pregão Presencial Registro de Preços nº 050/2017, uma vez que não cabe a participação de fornecedores não qualificados como ME ou EPP em licitação destinada exclusivamente a empresas desse porte, por configurar restrição à competitividade.

Neste sentido não há que se falar em participação de fornecedores não qualificados como ME ou EPP nos itens de contratação com valor igual ou inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), ainda que o certame se configure deserto.

IV - DOS REQUERIMENTOS

Em síntese, requer sejam analisados os pontos detalhados nesta impugnação, com a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Tendo em vista que a sessão pública está designada para dia 18 de maio de 2021, requer, ainda, seja conferido efeito suspensivo a esta

ZEUS ELÉTRICA

impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos problemas ora apontados.

Caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, requer desde logo, que seja a presente Impugnação submetida à apreciação da Autoridade Superior competente, para que delibere sobre seus termos, conforme legislação em vigor.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Montes Claros, 11 de maio de 2021.

ROGERIO ANTUNES SILVA LTDA

Rogério Antunes Silva

CPF: 071.900.926-09

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4ABE-713E-F4B7-44E6> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4ABE-713E-F4B7-44E6



Hash do Documento

1C36E9021A6EBDF21BFD68AED3843259F277CF602B4B09770EEE4096A3B5EC52

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/05/2021 é(são) :

☒ Rogerio Antunes Silva (Signatário) - 071.900.926-09 em
11/05/2021 12:50 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

